



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 13 de setembro de 2024.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos

OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini

OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Junho/2024

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DAS EMPRESAS	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	6
2.2. DA SITUAÇÃO DAS RECUPERANDAS	9
3. CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS (UPI'S).....	10
4. VISÃO GERAL DAS RECUPERANDAS	11
4.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	11
4.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	17
4.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	18
5. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	18
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	19
5.1.1. Disponibilidades.....	19
5.1.2. Contas a Receber.....	21
5.1.3. Estoques.....	22
5.1.4. Ativo Biológico.....	22
5.1.5. Investimentos.....	22
5.1.6. Outros Créditos.....	23
5.1.7. Imobilizado.....	24
5.1.8. Fornecedores.....	26
5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas.....	27
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos.....	28
5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	28
5.1.12. Passivo Tributário.....	29
5.1.13. Contas a Pagar – PRJ.....	31
5.1.14. Partes Relacionadas.....	31
5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	32
5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas.....	32
5.2.2. Custo de Vendas.....	33
5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais	34
5.2.4. Resultado Operacional.....	35



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

5.2.5.	<i>Resultado Financeiro</i>	35
5.2.6.	<i>Resultado Líquido</i>	36
5.3.	DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	37
5.3.1.	<i>Atividades Operacionais</i>	37
5.3.2.	<i>Atividades de Investimento</i>	38
5.3.3.	<i>Atividades de Financiamento</i>	38
5.4.	ÍNDICES E INDICADORES	39
5.4.1.	<i>Liquidez Corrente</i>	39
5.4.2.	<i>Liquidez Geral</i>	40
5.4.3.	<i>Endividamento</i>	41
6.	PASSIVO CONCURSAL	41
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
8.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	44
9.	ANEXOS	45



Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos.
Receita Líquida	Trata-se do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos, abatimentos, cancelamentos e devoluções.
Custo de Vendas	São os gastos diretamente ligados à produção ou à prestação de serviços, como matéria-prima, materiais auxiliares e mão-de-obra.
Lucro Bruto	Trata-se da diferença entre a receita líquida e custos de vendas. Este valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações – representa a geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de juros incorridos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações, e ganhos obtidos, por exemplo, no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente à operação da empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados à operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado.
Resultado Líquido	Trata-se do resultado final da empresa, depois de contabilizadas todas as transações e eventos econômicos ocorridos no exercício/ período.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação, pelas Recuperandas, da sua crise, de forma a preservar e maximizar sua função social, seja como entidades geradoras de bens e recursos, seja como provedoras de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das Empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas Recuperandas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

Com base nos dados que aqui serão apresentados, analisaremos a capacidade das Empresas, no presente momento e contexto, de honrar seus compromissos, tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das Recuperandas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas Recuperandas, de modo que estas devem estar cientes de que têm exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constatare qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.

A partir do mês de agosto/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira passou a disponibilizar demonstrações financeiras combinadas, refletindo, portanto, a situação patrimonial e financeira combinada das empresas que o integram, assim como o resultado combinado de suas operações.

O atual relatório retrata as informações disponibilizadas, pelas Recuperandas, no período de **agosto/2023 a junho/2024**.

2. Do cenário econômico e da situação das Empresas

O objetivo deste tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica das Recuperandas, visando, assim, uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação combinada das Recuperandas².

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa a situação de crise financeira.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pelas Recuperandas, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica, bem como da atual situação do setor no qual estas se inserem.

² Detalhado pela própria recuperanda.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.

Segundo o relatório Focus do Banco Central, divulgado na data de 09/09/2024, estima-se que o PIB brasileiro crescerá 2,68% neste ano, sendo que para o próximo exercício a expectativa é de 1,90%.

A previsão para o câmbio⁴ está em R\$ 5,35/US\$ para o fim deste ano. Para o ano de 2025, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 5,30/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para aquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo diz respeito à Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2024 é de US\$ 83,53 bilhões. Em relação ao ano de 2025, a expectativa – também de superávit – é de US\$ 79,00 bilhões.

Em relação à taxa básica de juros (Selic), o mercado financeiro estima que esta deve encerrar 2024 em 11,25%. Para o ano de 2025, o mercado espera que a taxa de juros fique em 10,25%.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁵ passou de 4,26% na semana anterior para 4,30%, enquanto, para 2025, a projeção é de 3,92%.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos setores.

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

⁵ A meta de inflação é de 3%, oscilando em um intervalo entre 1,5% e 4,5%.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), na segunda quinzena de junho/2024 a moagem de cana-de-açúcar na região Centro-Sul totalizou 48,8 milhões de toneladas, enquanto, na comparação com o mesmo período do último ciclo agrícola, a moagem foi de 43,19 milhões de toneladas.

A qualidade da matéria-prima colhida na segunda quinzena de março – mensurada em quilogramas de ATR por tonelada de cana-de-açúcar – registrou aumento de 5,16% na comparação com o mesmo período da safra de 2023/2024, atingindo 139,96 Kg de ATR por tonelada.

Do total de matéria-prima produzida, 49,89% foram direcionadas para a produção de açúcar – totalizando 3,25 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 20,11% quando comparado com a quantidade registrada em igual período da safra 2023/2024, que foi de 2,7 milhões de toneladas.

A fabricação de etanol atingiu 2,31 bilhões de litros, sendo 1,42 bilhão de litros de etanol hidratado e 887,96 milhões de litros de etanol anidro. Deste total, 13% foram fabricados a partir do milho, cuja produção foi de 299,58 milhões de litros neste ano, contra 244,16 milhões de litros no mesmo período da safra anterior.

Segundo Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da Única *o avanço de moagem registrado até o momento está relacionado à antecipação de início das operações nos primeiros meses da safra e, especialmente, à condição climática que tem favorecido a colheita no atual ciclo.*

Para ele, como consequência da moagem acelerada, há risco de intensificação do impacto do clima seco no rendimento da lavoura em algumas áreas.

Desde o início da safra até junho/2024, a fabricação de adoçante totalizou 14,2 milhões de toneladas, contra 12,27 toneladas do ciclo anterior, enquanto, na produção de etanol, a fabricação do biocombustível totalizou 11,02 bilhões de litros (+13,52%), sendo 7,06 bilhões de etanol hidratado (+27,27%) e 3,96 bilhões de anidro (-4,83%).

Embora a venda de etanol hidratado tenha registrado crescimento, este segue competitivo nas bombas em grande parte do território. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), a relação de preço entre o hidratado e a gasolina na última semana de junho atingiu 65,3%, com um diferencial absoluto de preços de R\$ 2,03 por litro na média do mercado brasileiro.

2.2. Da situação das Recuperandas

Em seus Relatórios Operacionais, as Recuperandas apresentam dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito de sua atual situação. Nesse sentido e, segundo as Recuperandas, em junho/2024 a situação era como se segue:

O Açúcar por ser uma commodity, tem seu preço internacional cotado na bolsa de valores de Nova Iorque, com o contrato ICE Contract 11 – world raw sugar, cotados em centavos por libra peso. O preço médio de Junho de 2024 foi de 19,18 cts/lbs, convertendo para saco de 50kg e em reais, dá um preço de R\$ 118,47/saco.

O Etanol, ainda não é considerado uma commodity internacional, no Brasil quem acompanha e divulga os preços do Mercado Interno é o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) que é parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), unidade da Universidade de São Paulo (USP),



localizada em Piracicaba. O preço médio de Junho de 2024 foi de R\$ 2.380,45/m³ valor líquido de impostos e posto Paulínia.

Para podermos comparar os preços do Açúcar e do Etanol Hidratado, convertemos o preço do Etanol Hidratado em R\$/litro em R\$/saco de açúcar equivalente. Com isso conseguimos comprar e decidir qual produto está mais vantajoso produzir.

Nas cotações do dia 19/07/24 o mercado do Açúcar e do Etanol Hidratado, estava mais vantajoso produzir Açúcar do que produzir o Etanol, pois o Etanol Hidratado estava remunerando R\$94,26/saco equivalente e o Açúcar no mercado externo R\$ 108,76/saco (...).

Todas as unidades operacionais do GVO (Ariranha, Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, exceto a unidade de Ariranha, que iniciou suas atividades na segunda quinzena de abril de 2024.

3. Criação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI's)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado, em 30 de janeiro de 2023, foram criadas oito (8) Unidades Produtivas Isoladas (UPI's) como segue:

1. Usinas

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Usina Catanduva Ltda., UPI Usina Itapira Ltda., UPI Usina Jose Bonifácio Ltda., e UPI Usina Monções Ltda., todas elas tendo como atividade principal o comércio atacadista de máquinas e equipamentos industriais. Referidas sociedades se destinam a receber o futuro aporte de capital

relativo aos bens operacionais dos seguintes parques industriais: “Usina Catanduva”, “Usina Itapira”, “Usina Jose Bonifácio”, e “Usina Monções”.

2. Imóveis

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Terras Parte I Ltda., UPI Terras Parte II Ltda., UPI Imóveis Ltda., e UPI Imóveis Urbanos Ltda., todas tendo como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destinam a receber futuros aportes de capital relativo a bens imóveis.

Todas essas novas sociedades possuem como administradores diretores a Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho. O capital social inicial de cada uma delas é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), realizado em moeda corrente. Este capital será alterado futuramente por ocasião dos aportes de capital com bens de seus quotistas investidores, tudo conforme aprovado no Plano de Recuperação Judicial das recuperandas.

4. Visão geral das Recuperandas

Neste ponto, será apresentada a composição societária das Empresas, assim como eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver), com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

4.1. Grupo Virgolino de Oliveira

A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO) se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.



01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	35.075.311,31

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	28.850.352,92



03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Capital Social (R\$)	114.401.414,00

04 - VI	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto



CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	455.000.000,00

05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	813.334.000,00

06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00



07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S A ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	23.208.717,58

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	1,00

De acordo com os autos, foram citadas as seguintes filiais:



- Da Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74
- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64
- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/0043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:

09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE
Complemento	N/A



Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

4.2. Da composição societária

A Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool tem como acionistas a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, com participação de 61,78% do seu capital, sendo o restante de propriedade de pessoas físicas. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, a Usina Catanduva S.A e a RO Serviços Agropecuários S/A têm como acionistas pessoas físicas. As demais empresas do Grupo têm seu capital social majoritariamente detido, direta ou indiretamente, pela Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool.

4.3. Da estrutura organizacional

As Recuperandas mantêm a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar Álcool	Agropec Nossa Sra. Do Carmo	Açucareira VO	Agropec Terras Novas	Total GVO
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Jul/23	57	115	22	50	244
Ago/23	54	111	22	48	235
Set/23	54	111	22	48	235
Out/23	55	110	22	48	235
Nov/23	56	114	22	48	240
Dez/23	76	117	22	48	263
Jan/24	115	137	22	47	321
Fev/24	197	186	22	45	450
Mar/24	244	191	22	47	504
Abr/24	310	194	37	47	588
Mai/24	336	192	38	47	613
Jun/24	337	190	37	45	609

O Grupo possui seiscentos e nove colaboradores (609) em seu quadro em junho/2024.

5. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o Pronunciamento 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As

demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Tendo em vista o fato de que as Recuperandas passaram a disponibilizar suas demonstrações contábeis de forma combinada a partir de agosto/2023, toda a situação patrimonial e financeira individual das empresas que compõem o Grupo até o mês de julho/2023, assim como o resultado individual das operações de cada empresa, poderão ser encontrados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de julho/2023.

Cabe ressaltar que o exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano⁶.

Todos os dados extraídos das demonstrações financeiras do Grupo GVO estão sendo apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

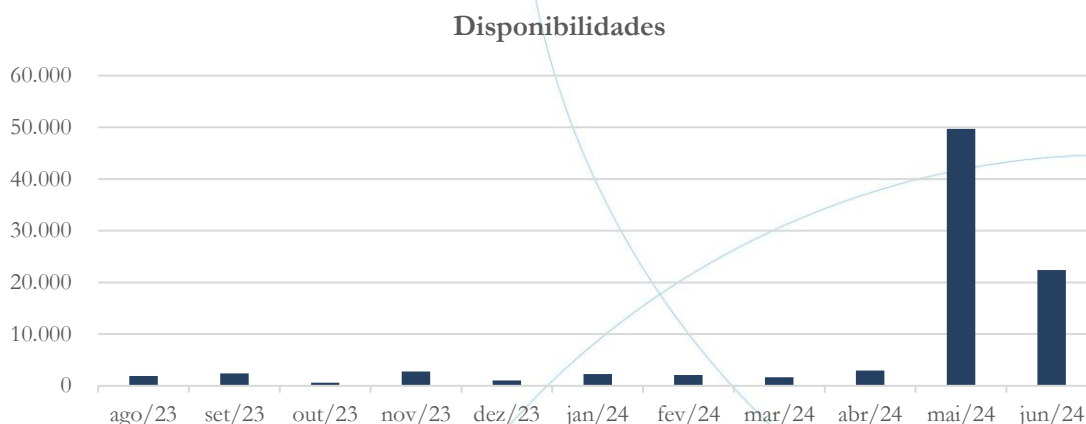
5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar de forma qualitativa e quantitativa – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira da empresa.

5.1.1. Disponibilidades

⁶ Com exceção aos proprietários rurais, cujo exercício social coincide com o ano fiscal.

Gráfico 1



No período de abril/2024 a junho/2024, as disponibilidades registraram melhora quando comparadas ao período anterior. O saldo no valor de R\$ 2,9 milhões contabilizados em abril/2024 passou para R\$ 49,7 milhões em maio/2024, finalizando o período no valor de R\$ 22,4 milhões, em junho/2024. Os recursos disponíveis estão concentrados na R.O. Serviços.

No que concerne à liberação de recursos financeiros no processamento da recuperação judicial e em conexão com termo de transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (vide item 5.1.12 – Passivo tributário), as Recuperandas esclareceram o quanto segue:

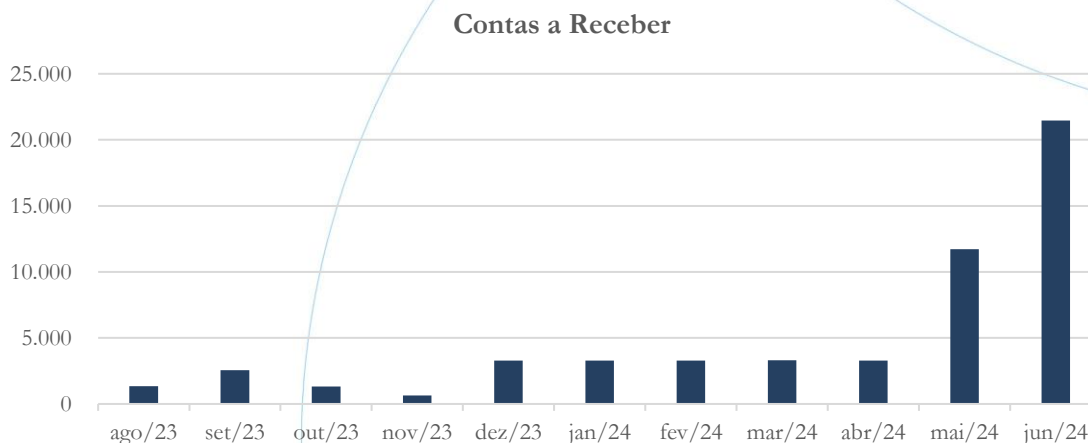
Em 24 de Maio de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 133.651.912,83 (Cento e trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e doze reais e oitenta e três centavos), recursos utilizados para pagamentos no dia 28 de maio de 2024 de diversos credores das Classes I, III, IV e Extraconcursais.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e

setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024.

5.1.2. Contas a Receber

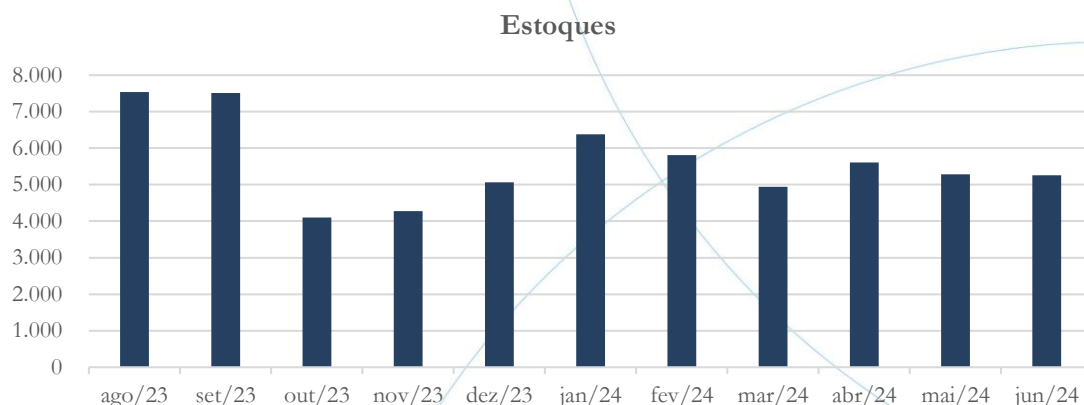
Gráfico 2



Após apresentar diminuição de 0,52% entre os meses de março/2024 e abril/2024, data em que as contas a receber totalizavam R\$ 3,3 milhões, observa-se evolução expressiva dos recebíveis, cujo saldo totalizou R\$ 21,4 milhões em junho/2024. Considerando-se que o Grupo não apresenta faturamento ao longo do primeiro semestre de 2024, solicitamos às Recuperandas que esclareçam sobre o ocorrido, provendo informações sobre a natureza das operações que compõem o referido saldo e como se espera seja este realizado.

5.1.3. Estoques

Gráfico 3



No mês de abril/2024, os estoques registraram saldo no valor de R\$ 5,6 milhões. No mês de junho/2024, o saldo desse ativo totalizava R\$ 5,3 milhões.

Os estoques mantidos pela GVO compreendem essencialmente bens em almoxarifado.

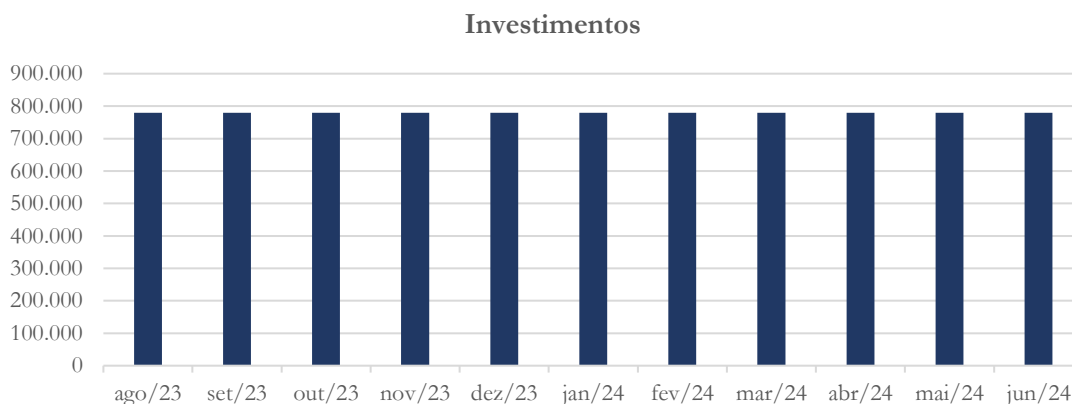
No relatório anterior, solicitamos esclarecimentos às Recuperandas sobre as razões para a redução dos estoques entre setembro/2023 e outubro/2023, no montante de R\$ 3,4 milhões. As Recuperandas esclareceram que tal efeito se deve ao inventário realizado no período.

5.1.4. Ativo Biológico

O Grupo não apresenta qualquer saldo de ativos biológicos.

5.1.5. Investimentos

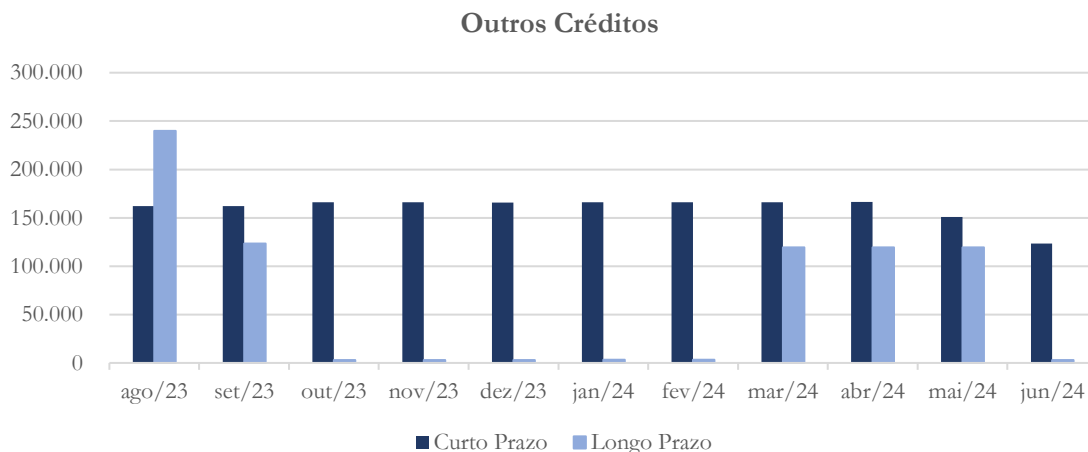
Gráfico 4



O saldo de investimentos permanentes apresenta-se constante, no valor de R\$ 778,9 milhões. Este valor refere-se, em sua maior parte, a ágio registrado pela Agropecuária N. Sra. do Carmo na subscrição de capital na Agropecuária Terras Novas S.A. (R\$ 760,0 milhões).

5.1.6. Outros Créditos

Gráfico 5



Apresentada no ativo circulante e não circulante, a conta outros créditos não exibe alteração expressiva entre os meses de março/2024 e abril/2024, com saldo total nesta data no valor de R\$ 285,7 milhões. Em maio/2024, o saldo total passou para R\$ 270,4 milhões e em junho/2024 para R\$ 126,4 milhões, o que representa uma diminuição de 53,2% no período.

De acordo com as Recuperandas, a categoria outros créditos diz respeito a direitos creditórios contra a União Federal, os quais encontram-se *representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.*

Dada a redução observada entre maio/2024 e junho/2024, solicitamos à Recuperanda que nos esclareça suas razões. Caso se refiram a liberação de recursos no âmbito do processo acima mencionado, solicitamos nos sejam apresentados documentos comprobatórios do valor obtido e nos seja informado como se deu a sua utilização.

5.1.7. Imobilizado

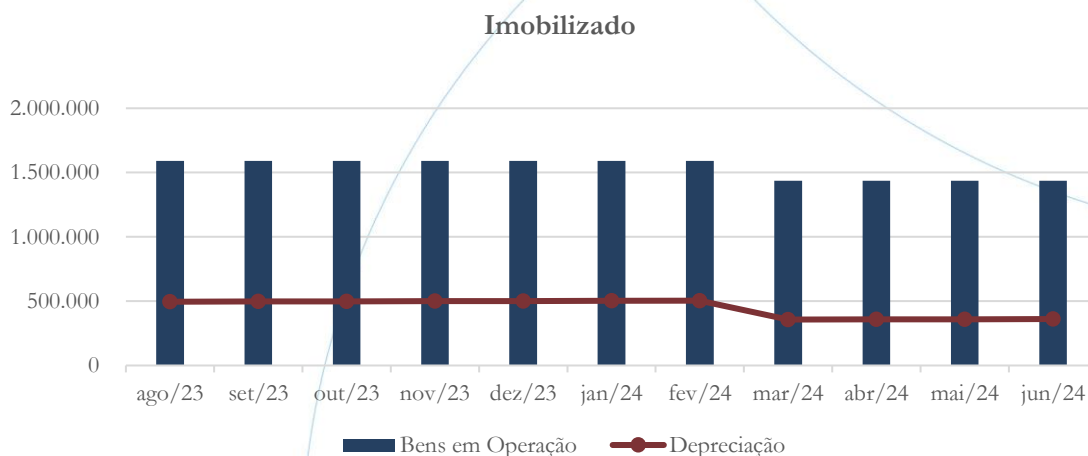
A lei 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66, aponta que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não

circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

O saldo do imobilizado é demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 6



Nos meses de abril/2024 a junho/2024, com base na comparação dos saldos mensais, não se identificam adições ou baixas ao imobilizado. As depreciações acumuladas registram aumento de 0,4% ao mês, e totalizam R\$ 361,2 milhões em junho/2024. O saldo líquido do imobilizado nesta data é de R\$ 1,1 bilhões.

A tabela abaixo apresenta a composição mensal do custo do imobilizado durante os sete (7) primeiros meses de 2024:

Composição do Imobilizado	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	153.913	0	0	0	0
Terrenos e propriedades	43.650	43.650	43.650	43.650	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	90.186	90.186	90.813	90.813	90.813
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	380.888	381.937	381.937	381.939	381.939

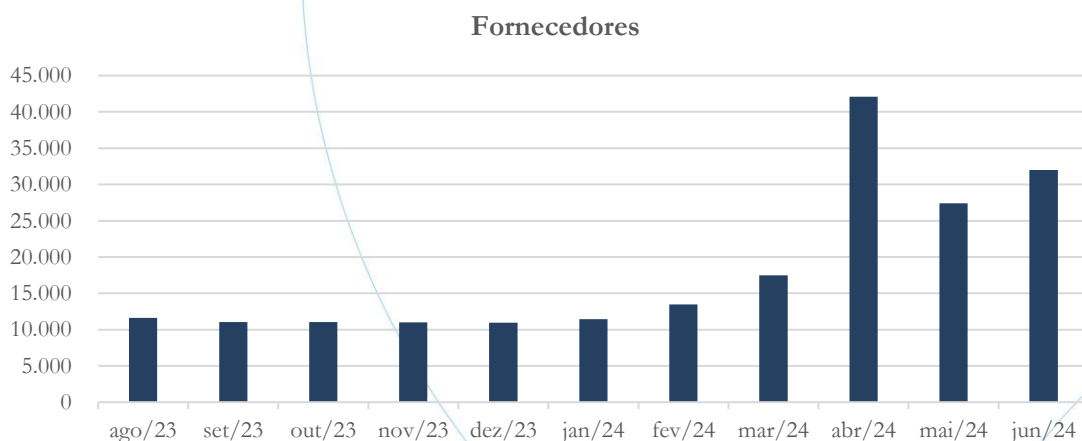
Móveis e utensílios	9.163	9.163	9.163	8.996	9.000	9.000
Obras em andamento	15.812	15.812	15.812	15.812	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	877.278	877.278	877.278	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	19.462	19.485	19.024	19.026	19.026
Total	1.590.352	1.590.352	1.437.511	1.437.512	1.437.519	1.437.519

Como se pode observar na tabela acima, no mês de março/2024, as Recuperandas baixaram o valor de R\$ 153,9 milhões da conta de lavouras de cana-de-açúcar, assim como o saldo de depreciações acumuladas correspondente, com efeito de baixa de R\$ 780,0 mil no saldo do imobilizado. Tendo em vista essa movimentação, solicitamos esclarecimentos sobre as razões que levaram o Grupo a proceder à baixa destes ativos, e os respectivos impactos no resultado.

No que concerne ao saldo da conta “mais valia – ganho de capital de bens”, que totaliza R\$ 877,3 milhões, as Recuperandas apresentaram esclarecimentos previamente indicando que se trata de avaliações dos bens das Empresas para fins de preparação das UPI’s, como aprovadas no Plano de Recuperação Judicial.

5.1.8. Fornecedores

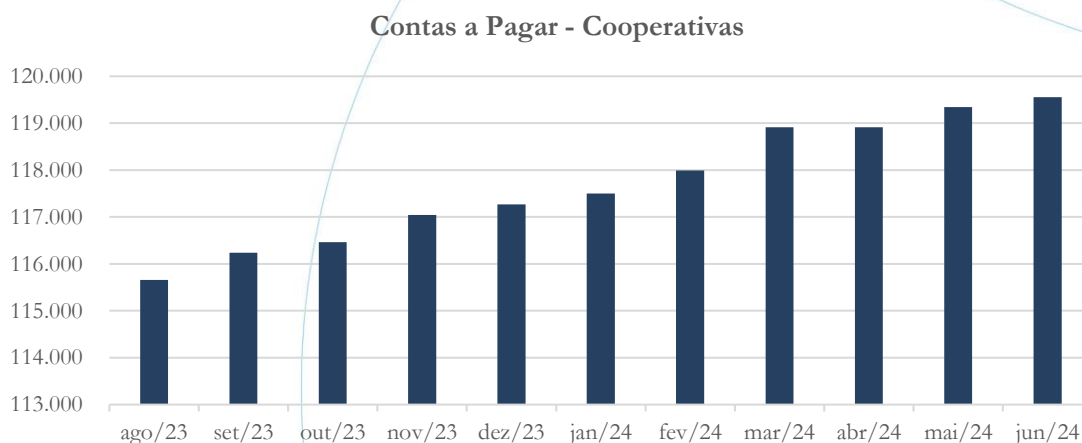
Gráfico 7



A conta fornecedores registrou aumento expressivo no segundo trimestre de 2024. Nos meses de abril, maio e junho/2024 os saldos registrados totalizaram, respectivamente, R\$ 42,1 milhões, R\$ 27,4 milhões e 31,9 milhões. Tendo em vista o fato de não se ter registrado operações de vendas no primeiro semestre de 2024, e não ter havido incremento relevante dos saldos de estoques no mesmo período, solicitamos nos sejam fornecidos esclarecimentos sobre os aumentos observados nesta conta no período.

5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas

Gráfico 8



As contas a pagar a cooperativas, registradas no passivo circulante e não circulante, não apresentaram alteração relevante entre março/2024 e junho/2024, data em que somam R\$ 119,5 milhões.

Conforme relatado pelas Recuperandas, os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o Grupo atuou como cooperado junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

5.1.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizam R\$ 46,6 milhões em junho/2024, sendo registrados apenas no passivo circulante. Reiteramos às Recuperandas que nos esclareçam sobre as razões para o aumento das operações de empréstimos e financiamentos ao longo do primeiro semestre de 2024 e como foram utilizados os recursos obtidos.

5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Gráfico 9

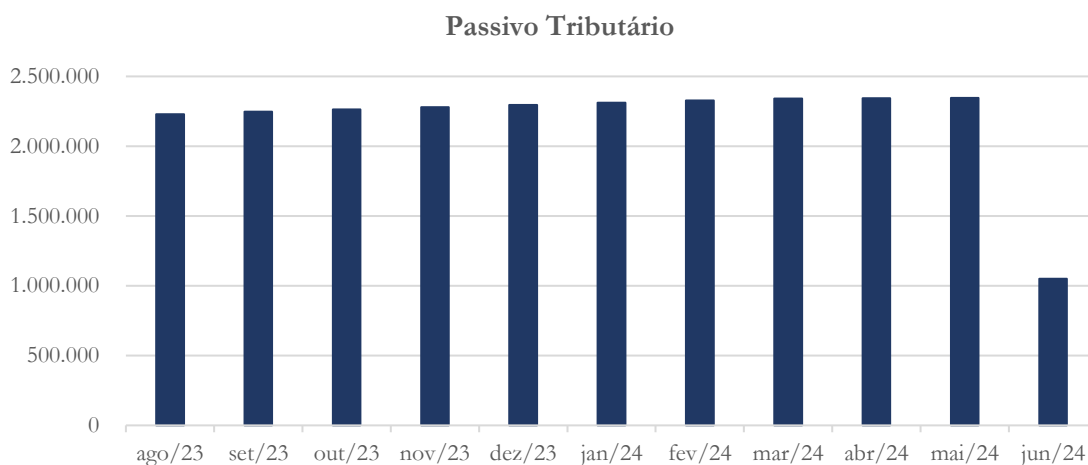


O passivo trabalhista registrou saldo no valor de R\$ 2,8 milhões em abril/2024 passando para R\$ 3,3 milhões em maio/2024, finalizando o mês de junho/2024 com saldo no valor de R\$ 3,4 milhões.

Conforme relatado pelas Recuperandas, *os salários e ordenados dos funcionários, pós o ajuizamento da Recuperação Judicial, estão em dia.*

5.1.12. Passivo Tributário

Gráfico 10



Em junho/2024, os passivos tributários apresentaram expressiva queda, equivalente a 55% comparativamente ao mês de maio/2024. Em maio/2024, o saldo dessas obrigações totalizava R\$ 2,3 bilhões e declina para R\$ 1,05 bilhões em junho/2024.

A tabela abaixo sumaria a composição e evolução dos saldos dos tributos devidos, por natureza, ao longo do período de sete (7) meses findo em junho/2024:

Passivo Tributário	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24
Federal	765.148	771.302	777.523	176.459	178.316	10.629
Estadual	700.946	704.916	707.869	708.434	708.047	707.764
Previdenciário	628.525	633.424	636.782	1.374.953	1.376.189	68.116
Taxas Associação de Fornecedores de Cana	130.985	131.697	132.282	5	5	5
Taxas	43.875	44.440	44.739	41.176	41.176	41.176
Tributos Municipais	6.491	6.633	6.685	6.712	6.769	6.689
Parcelamentos	0	0	0	0	0	216.177
Outros	35.977	36.071	36.148	35.521	35.521	0
Total	2.311.947	2.328.483	2.342.029	2.343.259	2.346.024	1.050.288

Como se pode observar na tabela acima, a principal redução do saldo entre maio/2024 e junho/2024 se refere a verbas de natureza previdenciária, parcialmente compensada com o registro de parcelamentos de impostos. No que concerne ao passivo tributário, as Recuperandas relatam o que segue:

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024.

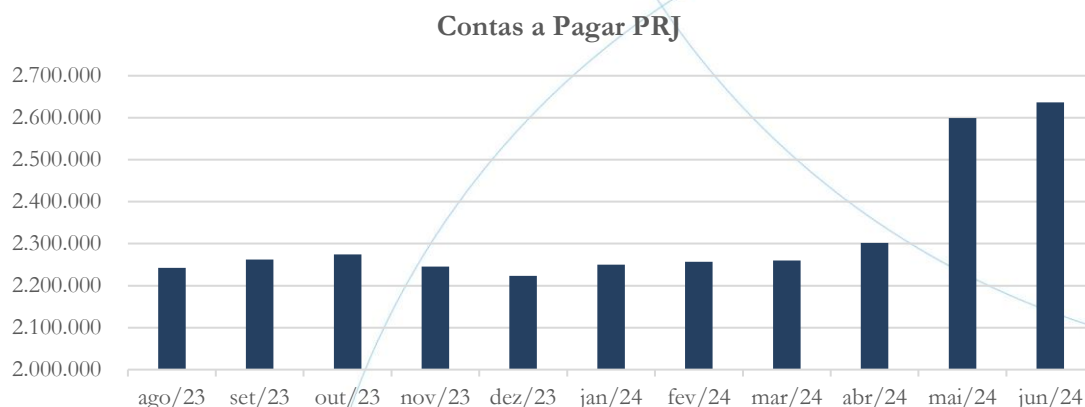
Embora as Recuperandas tenham apresentado a informação acima transcrita, esta, por si só, não permite total compreensão da movimentação havida. Sendo assim, solicitamos às Recuperandas que complementem informações sobre as movimentações observadas nos saldos de seu passivo tributário entre maio/2024 e junho/2024.

Conforme relatado pelo Grupo, em fevereiro/2023, foram firmados Termos de Transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio dos quais todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531. Além disso, haverá a possibilidade da utilização de saldos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, e parcela final da transação será liquidada com

recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

5.1.13. Contas a Pagar – PRJ

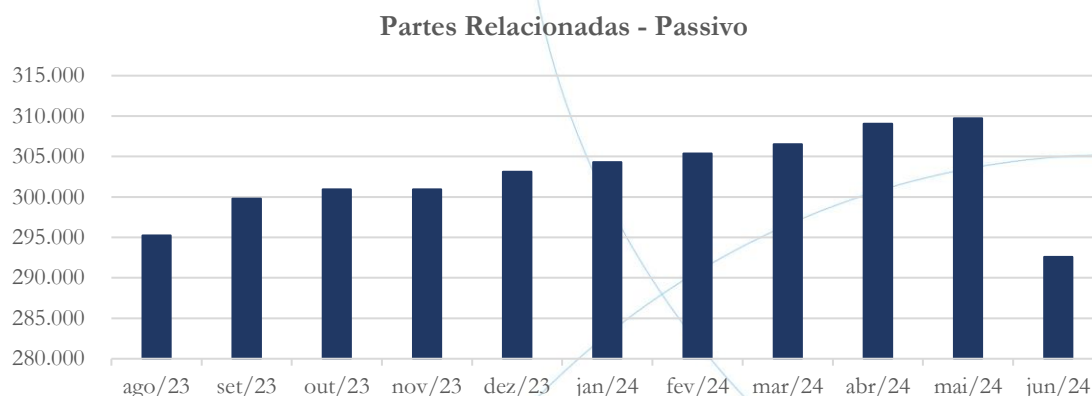
Gráfico 11



As Recuperandas apresentam saldo de contas a pagar relacionado ao processo recuperacional no valor de R\$ 2,6 bilhões. Conforme se pode observar a partir da análise do gráfico acima, houve aumento relevante deste saldo no período sob análise. Em março/2024, o saldo total era de R\$ 2,26 bilhões e fecha o mês de junho/2024 no valor de R\$ 2,63 bilhões. Solicitamos às Recuperandas que disponibilizem informações sobre a composição e razões para o incremento verificado.

5.1.14. Partes Relacionadas

Gráfico 12



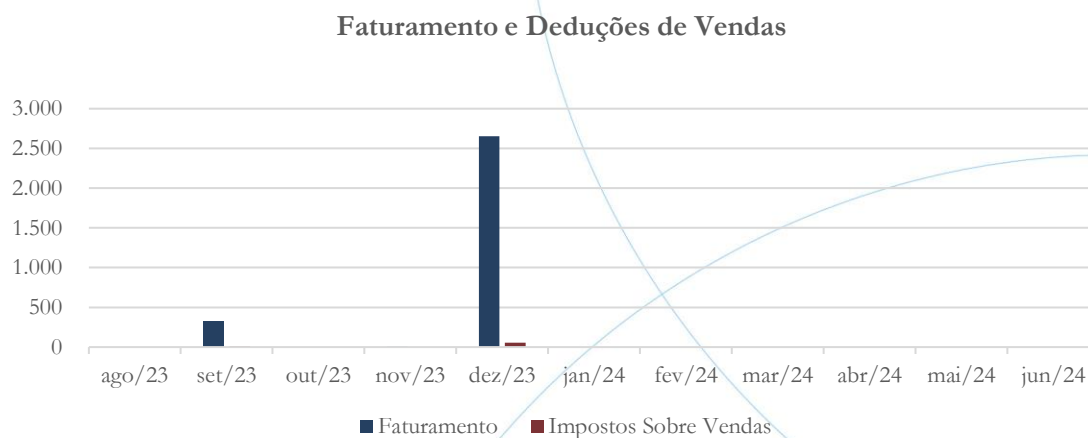
O saldo remanescente de transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis combinadas preparadas pelo Grupo se referem a transações com pessoas físicas, dentre elas sócios das empresas que compõem o Grupo. Como se pode observar no gráfico acima, houve redução dos valores a pagar entre maio/2024 e junho/2024, passando de R\$ 309,7 milhões para R\$ 292,7 milhões. Solicitamos às Recuperandas que esclareçam sobre as razões para referida redução e apresentem relação dos pagamentos efetuados, se este for o caso.

5.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das atividades operacionais e não operacionais de uma empresa, permitindo visualizar, assim, se ela está gerando lucro ou prejuízo, em um determinado período.

5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas

Gráfico 13



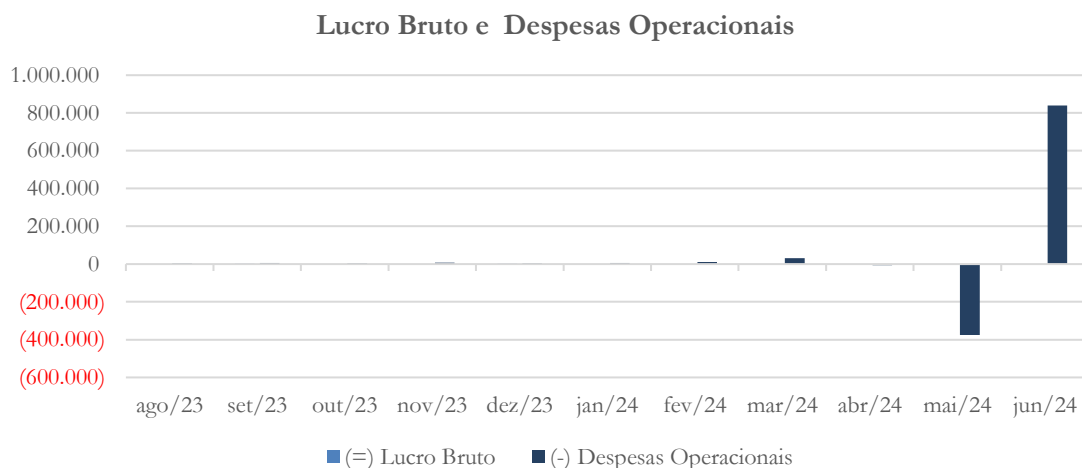
Como mencionado anteriormente, o Grupo registrou faturamento no mês de dezembro/2023, fruto da venda de cana-de-açúcar no total de R\$ 2,6 milhões. No primeiro semestre de 2024 não há registro de vendas.

5.2.2. Custo de Vendas

O Grupo não registrou custo de vendas em todo o período compreendido entre agosto/2023 e junho/2024, exceto pelo mês de dezembro/2023, no qual se registraram R\$ 54 mil nesta rubrica.

5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais

Gráfico 14

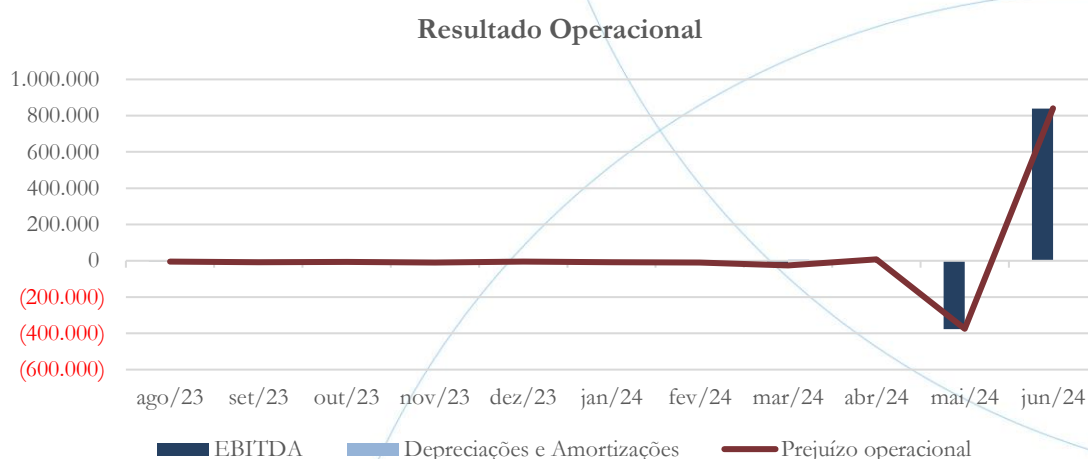


Entre os meses de janeiro/2024 a junho/2024 não houve apuração de resultado bruto.

As Recuperandas registraram no grupo de despesas operacionais ganhos que superaram as despesas. De janeiro/2024 a abril/2024, referidos ganhos líquidos das despesas totalizaram R\$ 41,6 milhões. No mês de maio/2024, esta relação se altera, quando as Recuperandas registraram despesas líquidas de ganhos no valor de R\$ 376,1 milhões. Já em junho/2024, foram registrados ganhos líquidos pelo valor de R\$ 839,2 milhões. Desta forma, as Recuperandas apuraram ganhos líquidos no primeiro semestre de 2024 no valor de R\$ 504,6 milhões. Esses ganhos foram registrados principalmente em conta intitulada “receitas/despesas plano de recuperação judicial”, a título de outras receitas operacionais no valor aproximado de R\$ 488 milhões. Dada a relevância dos efeitos ora citados, solicitamos às Recuperandas que nos apresentem sua composição, por natureza e com os respectivos valores apurados, assim como nos apresentem informações sobre os critérios adotados para cálculo e registro dos ganhos apurados.

5.2.4. Resultado Operacional

Gráfico 15



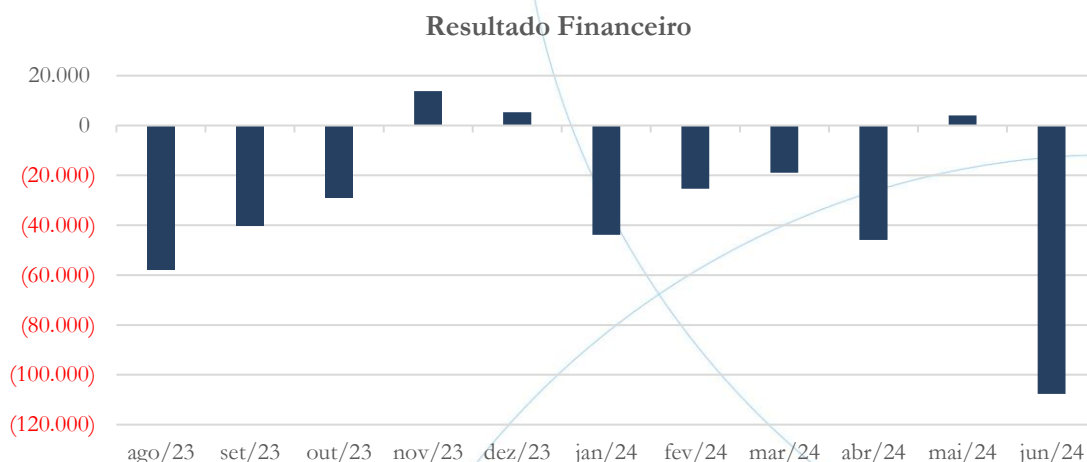
Com o acima exposto, no período de janeiro/2024 a junho/2024, as Recuperandas registraram lucro operacional, antes do cômputo das depreciações e amortizações, no valor de R\$ 421,5 milhões.

No primeiro semestre de 2024, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 12,9 milhões, tendo sido reconhecidas por valor uniforme ao longo dos seis (6) meses desse período.

5.2.5. Resultado Financeiro



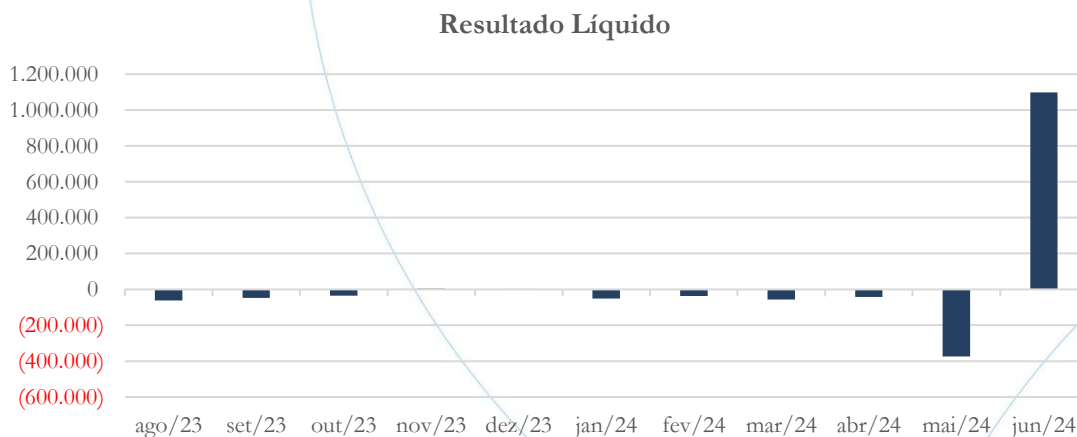
Gráfico 16



Nos primeiros seis meses de 2024, as despesas financeiras totalizaram R\$ 237,6 milhões. Como se pode observar no gráfico acima, as despesas financeiras apresentam relevante aumento entre maio/2024 e junho/2024, atingindo nesse mês R\$ 107,4 milhões. Dada a relevância deste efeito, solicitamos às Recuperandas que esclareçam o ocorrido no mês de junho/2024.

5.2.6. Resultado Líquido

Gráfico 17



Refletindo os fatos acima expostos, no primeiro semestre de 2024 foi registrado lucro líquido no valor de R\$ 538,6 milhões.

5.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade de uma empresa gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos. Nesse sentido e, segundo Sérgio Adriano⁷:

A DFC informa as entradas em dinheiro e as saídas em dinheiro de uma empresa em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil, que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente de caixa resulta no saldo final de caixa mais o equivalente de caixa.

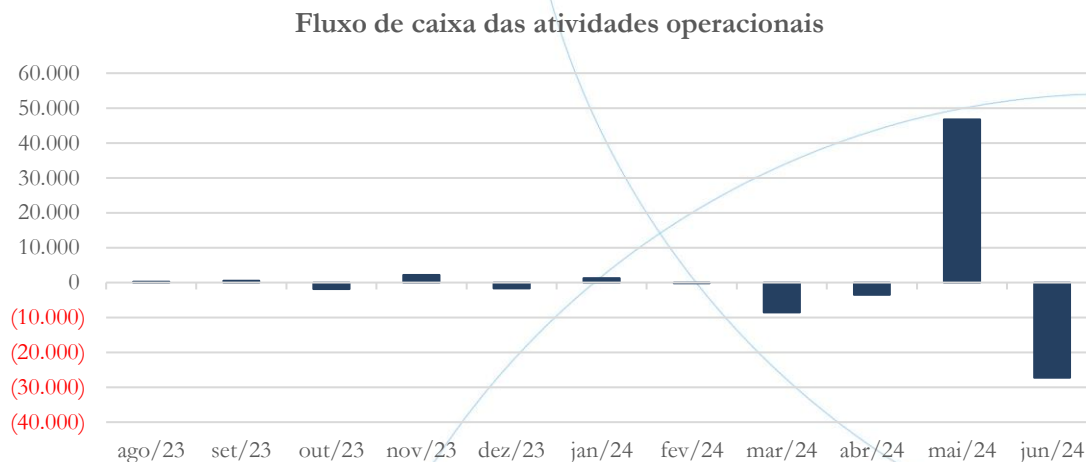
A DFC compreende os fluxos de caixa gerados ou utilizados nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

5.3.1. Atividades Operacionais

Decorrente da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas por uma empresa são suficientes para manter sua capacidade operacional, amortizar dívidas, fazer face a novos investimentos e remunerar os acionistas, mediante pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

⁷ Adriano, Sérgio. *Manual dos pronunciamentos contábeis comentados*, 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018:217.

Gráfico 18



No primeiro semestre de 2024 as atividades operacionais geraram recursos da ordem de R\$ 19,5 milhões. Este resultado advém sobretudo das variações de ativos e passivos monetários, uma vez que as Empresas não apresentam operações nesse período.

5.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessa atividade representa os gastos com despesas de capital ou ganhos gerados por atividades de investimento, visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de investimento.

5.3.3. Atividades de Financiamento



O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa principalmente as captações e amortizações de dívidas.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de financiamento.

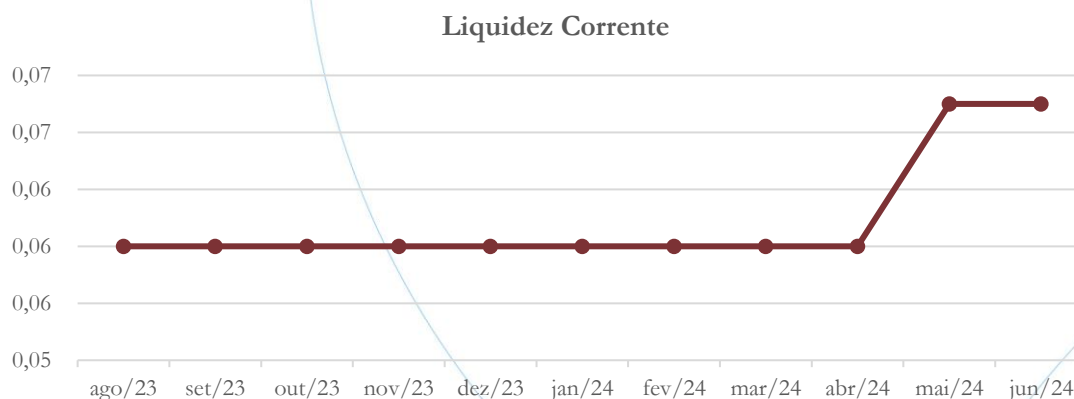
5.4. Índices e Indicadores

Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil de uma empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas, possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações financeiras.

5.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente⁸ – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa tem condições financeiras de honrar suas obrigações imediatas, ou seja, aquelas de curto prazo.

Gráfico 19



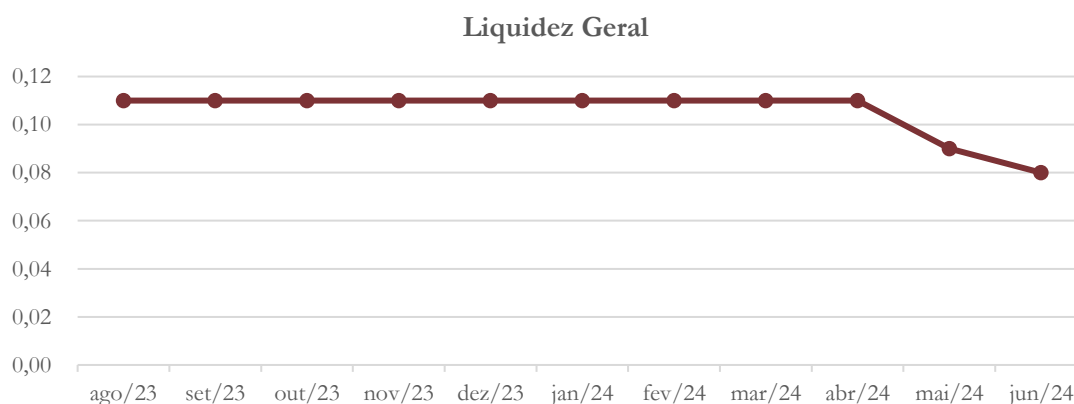
⁸ Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.

Conforme demonstrado no gráfico acima, o índice apresentou pequeno aumento do mês de maio/2024 para junho/2024. No mês de junho/2024, o Grupo dispõe de R\$ 0,07 de ativos correntes para honrar cada R\$ 1,00 de passivo de curto prazo contabilizado.

5.4.2. Liquidez Geral

Objetiva comparar a capacidade da empresa a curto e a longo prazos⁹. Neste sentido, quando o resultado deste indicador for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, conseqüentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

Gráfico 20



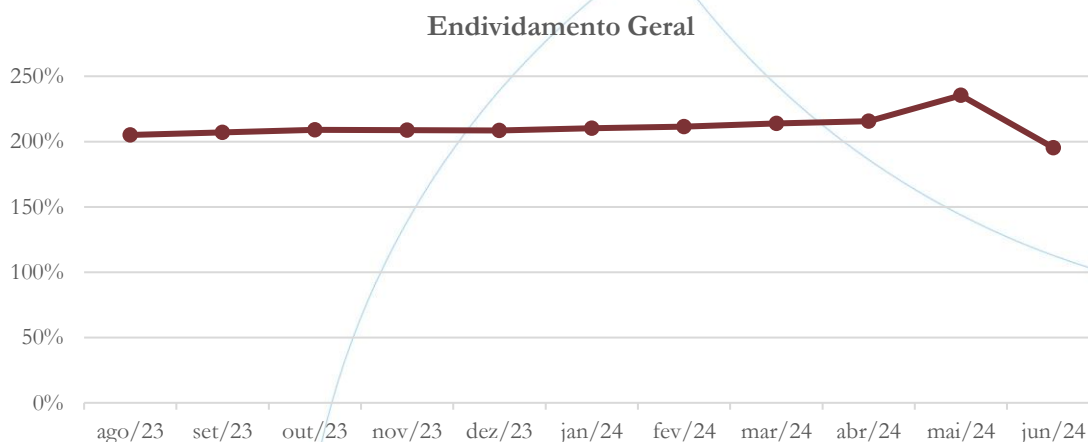
O índice de liquidez geral apresentou diminuição nos meses de maio/2024 e junho/2024. Em junho/2024, as Recuperandas dispunham de R\$ 0,28 de ativos correntes e não correntes para cada R\$ 1,00 de passivos de curto e longo prazos.

⁹ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

5.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que a empresa utiliza no período sob análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

Gráfico 21

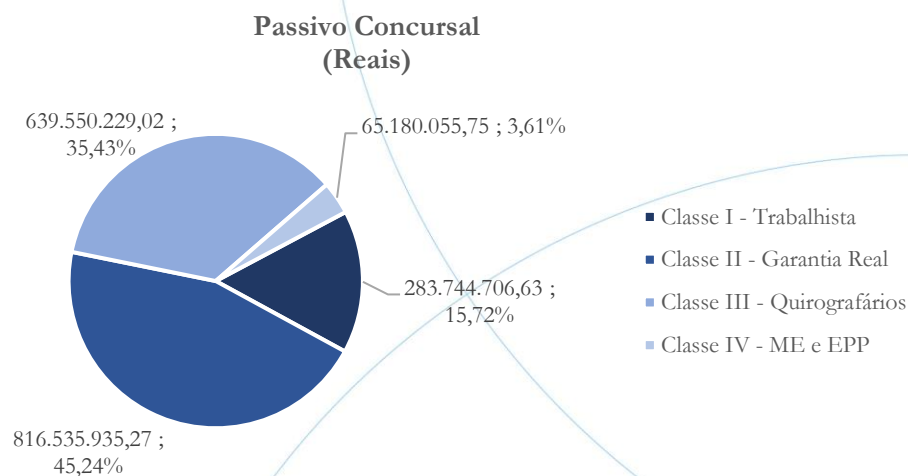


Em junho/2024, o endividamento do Grupo, representando pelos seus passivos circulantes e não circulantes, excedia os ativos totais em 95%.

6. Passivo concursal

As Recuperandas possuem o seguinte passivo concursal:

Gráfico 22

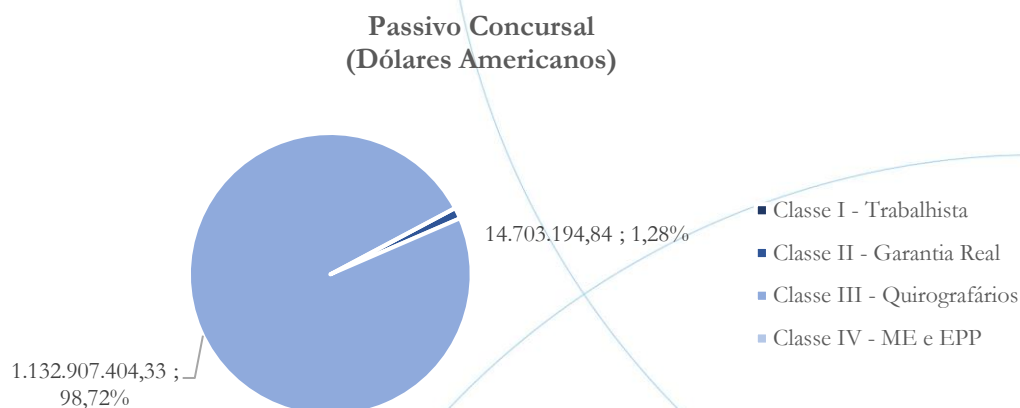


O passivo concursal (em R\$), conforme a lista do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, totaliza R\$ 1,8 bilhões, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em R\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	283.744.706,63	15,72%
Classe II - Garantia Real	816.535.935,27	45,24%
Classe III - Quirografários	639.550.229,02	35,43%
Classe IV - ME e EPP	65.180.055,75	3,61%
Total	1.805.010.926,67	100,00%

A Classe I, trabalhista, representa 15,72% do crédito sujeito à recuperação judicial, enquanto a Classe II, credores que possuem garantia real, 45,24%. A Classe III, quirografários, representa 35,43% e a Classe IV, 3,61% do valor total do crédito.

Gráfico 23



O GVO possui passivo concursal em dólares norte-americanos no valor de US\$ 1,16 bilhão, conforme tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em US\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	0,00	0,00%
Classe II - Garantia Real	14.703.194,84	1,28%
Classe III - Quirografários	1.132.907.404,33	98,72%
Classe IV - ME e EPP	0,00	0,00%
Total:	1.147.610.599,17	100,00%

Em 31/01/2022, o passivo concursal convertido pela Ptax do Banco Central (R\$ 5,3574/USD) totalizava R\$6.148.209.023,99.

O Grupo possui ainda passivo extraconcursal no valor de R\$ 1,16 bilhões.

7. Considerações finais

O Grupo não apresenta atividades operacionais no primeiro semestre de 2024. Seu resultado se compõe essencialmente de ganhos líquidos relacionados ao processo recuperacional, os quais alcançaram, aproximadamente, R\$ 488 milhões no período. As demais despesas operacionais totalizaram R\$ 25 milhões.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 103,6 milhões nos seis primeiros meses de 2024. As Recuperandas também registraram créditos com a provisão para imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 367,1 milhões no mesmo período.

Todos os efeitos considerados, resultaram na apuração de lucro líquido no valor de R\$ 723,8 milhões no primeiro semestre de 2024.

Cabe, por fim, menção ao fato de que, comparativamente a março/2024, as Recuperandas apresentam redução de créditos diversos no valor de R\$ 159 milhões, aumento de suas contas a receber e disponibilidades, respectivamente pelos valores de R\$ 18,2 milhões e R\$ 20,7 milhões. Já em relação a seus passivos, observa-se importante redução do passivo tributário, da ordem de R\$ 1,3 bilhões, parcialmente compensada com aumento de R\$ 377,0 milhões no passivo concursal contabilizado.

No mais, continuaremos acompanhando!

8. Acompanhamento processual



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Recuperação Judicial

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.
11/07/2022	• PRJ consolidado
11/07/2022	• Aprovação do PRJ
08/12/2022	• Homologação do PRJ
17/02/2023	• Edital – UPI Terras I

Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

9. Anexos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de abril de 2024.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 12 (doze) meses findos em 30 de abril de 2024.

Ariranha (SP), 24 de maio de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	30/04/2024	Circulante	Nota	30/04/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.960	Fornecedores		42.110
Contas a Receber	3	3.283	Empréstimos e Financiamentos		46.609
Estoques	4	5.609	Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	2.816
Impostos a Recuperar	5	86.867	Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	11	2.343.259
Adiantamentos a Fornecedores		26.861	Outras Contas a Pagar		24.206
Ativo Biológico		-	Contas a Pagar PRJ	12	2.301.561
Outros Créditos	6	166.350	Passivo de Arrendamentos		46
Total do ativo circulante		291.930	Total do passivo circulante		4.813.293
Não Circulante			Não Circulante		
Depósitos Judiciais		146.104	Empréstimos e Financiamentos		-
Outros Créditos	6	119.389	Contas a pagar - Cooperativa	10	66.229
Ativo Fiscal Diferido		15.552	Provisão para Contingências	13	50.217
Partes Relacionadas - Ativo		-	Passivo Fiscal Diferido		-
Total do realizável a longo prazo		281.045	Partes Relacionadas - Passivo	14	309.038
Investimentos	7	778.943	Impostos e Contribuições a Recolher		-
Imobilizado	8		Outras Contas a Pagar		-
Custo		1.437.512	Total do passivo não circulante		425.485
Depreciação Acumulada		(358.538)	Patrimônio Líquido		
Direito de Uso		46	Capital Social	15	48.679
		1.857.962	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		2.139.007	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.430.938	Prejuízos Acumulados		(2.874.233)
			Total do patrimônio líquido		(2.807.840)
			Total do passivo		5.238.778
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.430.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Nota	30/04/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	3.631
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	(74)
Receita líquida de vendas		-	3.556
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	(4)
Lucro (prejuízo) bruto		-	3.552
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(5.414)	(51.007)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		11.329	(43.828)
Total das despesas operacionais		5.916	(94.835)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		5.916	(91.283)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.340)	(1.926)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		4.575	(93.209)
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		0	226
Despesas Financeiras		(4.254)	(186.634)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(41.670)	(40.745)
Resultado financeiro líquido		(45.925)	(227.153)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	1.536
Lucro (prejuízo) do período		(41.350)	(318.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE	30/04/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(41.350)	(318.826)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(41.350)	(318.826)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 12 (doze) meses findos em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2023	48.679	7.519	10.196	(2.555.406)	(2.489.013)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(318.826)	(318.826)
Em 30 de abril de 2024	<u>48.679</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.874.232)</u>	<u>(2.807.839)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	30/04/2024	
	Mensal	Acumulado
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(41.350)	(318.826)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.340	21.358
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	781
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	1.445	2.922
	(38.564)	(293.765)
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	17	3.083
Estoques	(668)	2.211
Adiantamentos a fornecedores	(1.872)	(21.453)
Outros créditos	(485)	1.661
Ativos e passivos fiscais diferidos	0	(1.536)
Fornecedores	24.725	31.049
Salários e encargos sociais	728	909
Depósitos Judiciais	(0)	7
Impostos e contribuições a recolher	1.469	173.033
Outras contas a pagar	(33.026)	4.516
Contas a Pagar PRJ	41.670	40.745
Partes relacionadas	2.518	18.328
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.488)	(41.212)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratados culturais	-	(1.118)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	(1.118)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	4.795	43.687
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	4.795	43.687
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.307	1.358
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2.960	2.960
No início do período	1.653	1.602
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.307	1.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais*

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 12 (doze) meses findos em 30 de abril de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais*

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais*

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	30/04/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.392
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	26.124
Outros	1.351
	86.867

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	30/04/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	282.222
Empréstimos compulsórios	2.706
Demais contas a receber	812
	285.740
Ativo circulante	166.350
Ativo não circulante	119.389
	285.740

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/04/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenícia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecrer S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoral Agrícola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	281.562,12	(281.562,12)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	30/04/2024			31/03/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	0	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.813	(55.013)	35.801	35.395
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	381.937	(278.209)	103.728	104.903
Móveis e utensílios	8.996	(7.813)	1.183	1.451
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.024	(17.503)	1.521	1.824
	<u>1.437.512</u>	<u>(358.538)</u>	<u>1.078.973</u>	<u>1.080.313</u>

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/03/2024				30/04/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	-	-	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.395	-	129	276	35.801
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	104.903	1.049	(2.224)	-	103.728
Móveis e utensílios	1.451	46	(314)	-	1.183
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.824	23	(50)	(276)	1.520
	<u>1.080.313</u>	<u>1.118</u>	<u>(2.458)</u>	<u>-</u>	<u>1.078.972</u>

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	30/04/2024			31/03/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.858)	1.343	1.357
Outras imobilizações	9.868	(8.770)	1.098	1.100
	<u>20.069</u>	<u>(17.628)</u>	<u>2.441</u>	<u>2.456</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/03/2024	Adições	Depreciações	Baixas	30/04/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.357	-	(14)	-	1.343
Outras imobilizações	1.100	-	(2)	-	1.098
	<u>2.456</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>2.441</u>

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	30/04/2024			31/03/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.716	(11.014)	8.702	8.459
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	61.262	(48.659)	12.603	12.736
Móveis e utensílios	6.232	(5.159)	1.074	1.338
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	294	(0)	293	315
	<u>427.705</u>	<u>(64.833)</u>	<u>362.872</u>	<u>363.048</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/03/2024	Adições	Depreciações	Baixas	30/04/2024
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.459	-	243	-	8.702
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.736	1.049	(1.182)	-	12.603
Móveis e utensílios	1.338	46	(310)	-	1.074
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	315	23	(45)	-	293
	<u>363.048</u>	<u>1.118</u>	<u>(1.294)</u>	<u>-</u>	<u>362.872</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	30/04/2024			31/03/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.840)	25.480	25.580
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(229.550)	91.124	92.167
Móveis e utensílios	2.764	(2.654)	110	113
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	732.941	(254.045)	478.896	480.041

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/03/2024				30/04/2024
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.580	-	(100)	-	25.480
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	92.167	-	(1.042)	-	91.125
Móveis e utensílios	113	-	(3)	-	109
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	480.041	-	(1.145)	-	478.896

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	30/04/2024			31/03/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	0	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	8.862	(8.732)	130	409
	256.796	(22.032)	234.764	234.767

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	31/03/2024	Adições	Depreciações	Baixas	30/04/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	276	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	409	-	(4)	(276)	130
	<u>234.767</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>234.764</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>30/04/2024</u>
Salários e honorários e encargos a pagar	1.521
Provisão de férias e encargos	891
Provisão para 13 salário e encargos	<u>403</u>
	<u>2.816</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>30/04/2024</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(8.978)</u>
Total	<u>118.915</u>
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	<u>66.229</u>
	<u>118.915</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	30/04/2024
Tributos Estaduais	836.433
Tributos Federais	1.239.797
Tributos Municipais	32.228
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	228.035
Tributos Sindicais	6.766
	2.343.259

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	30/04/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	276.443
Credores Classe II - Com garantias	673.350
Credores Classe III - Quirografários	1.268.295
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	20.366
Credores Extraconcursais	63.108
	2.301.561

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 50.217, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	30/04/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.840
Hermelindo Ruete de Oliveira	84.947
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	309.038

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

<u>Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Percentual de participação das Pessoas Físicas</u>	<u>Parcelas eliminadas na Consolidação</u>	<u>Parcelas de acionistas Pessoas Físicas</u>
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334,603</u>		<u>1.285,923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e as Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>30/04/2024</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	3.145
Outras vendas - cereais (soja e outros)	<u>485</u>
Receita Bruta das vendas	3.631
(-) Impostos sobre vendas	<u>(74)</u>
Receita líquida das vendas	<u>3.556</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>30/04/2024</u>
Despesas com pessoal	12.480
Serviços de terceiros	31.362
Taxas e tributos	4.481
Diversos	<u>2.684</u>
	<u>51.007</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de abril de 2024
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	30/04/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	226
	226
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(186.635)
	(186.635)
Variações cambiais liquidas	(40.744)
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro liquido	(227.153)



 CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34



 GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de maio de 2024.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 1 (um) mês findos em 31 de maio de 2024.

Ariranha (SP), 14 de agosto de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	31/05/2024	Circulante	Nota	31/05/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		49.685	Fornecedores		27.391
Contas a Receber	3	11.725	Empréstimos e Financiamentos		46.609
Estoques	4	5.284	Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.300
Impostos a Recuperar	5	87.826	Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	11	2.346.024
Adiantamentos a Fornecedores		26.463	Outras Contas a Pagar		30.298
Ativo Biológico		-	Contas a Pagar PRJ	12	2.599.228
Outros Créditos	6	150.992	Passivo de Arrendamentos		46
Total do ativo circulante		331.975	Total do passivo circulante		5.105.582
Não Circulante			Não Circulante		
Depósitos Judiciais		27.871	Empréstimos e Financiamentos		-
Outros Créditos	6	119.389	Contas a pagar - Cooperativa	10	66.657
Ativo Fiscal Diferido		15.303	Provisão para Contingências	13	50.756
Partes Relacionadas - Ativo		-	Passivo Fiscal Diferido		616
Total do realizável a longo prazo		162.563	Partes Relacionadas - Passivo	14	309.713
Investimentos	7	778.943	Impostos e Contribuições a Recolher		-
Imobilizado	8		Outras Contas a Pagar		-
Custo		1.437.519	Total do passivo não circulante		427.742
Depreciação Acumulada		(359.878)	Patrimônio Líquido		
Direito de Uso		46	Capital Social	15	48.680
		1.856.630	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		2.019.193	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.351.168	Prejuízos Acumulados		(3.248.551)
			Total do patrimônio líquido		(3.182.156)
			Total do passivo		5.533.324
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.351.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/05/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(12.882)	(12.882)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(363.265)	(363.265)
Total das despesas operacionais		(376.147)	(376.147)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(376.147)	(376.147)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.340)	(1.340)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(377.487)	(377.487)
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		5	5
Despesas Financeiras		(1.143)	(1.143)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		5.173	5.173
Resultado financeiro líquido		4.035	4.035
IRPJ / CSLL - Diferido		(866)	(866)
Lucro (prejuízo) do período		(374.317)	(374.317)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/05/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(374.317)	(374.317)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(374.317)	(374.317)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 1 (um) mês findo em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(374.317)	(374.317)
Em 31 de maio de 2024	<u>48.680</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(3.248.551)</u>	<u>(3.182.156)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/05/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(374.317)	(374.317)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.340	1.340
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	-	-
	(372.978)	(372.978)
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	(8.441)	(8.441)
Estoques	324	324
Adiantamentos a fornecedores	625	625
Outros créditos	132.407	132.407
Ativos e passivos fiscais diferidos	866	866
Fornecedores	(15.098)	(15.098)
Salários e encargos sociais	484	484
Depósitos Judiciais	(1)	(1)
Impostos e contribuições a recolher	2.765	2.765
Outras contas a pagar	7.288	7.288
Contas a Pagar PRJ	297.667	297.667
Partes relacionadas	827	827
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	46.733	46.733
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(7)	(7)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(7)	(7)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	46.726	46.726
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	49.685	49.685
No início do período	2.960	2.960
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	46.726	46.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais*

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 1 (um) mês findos em 31 de maio de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais*

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais*

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais*

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	31/05/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.438
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	27.007
Outros	1.380
	87.825

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/05/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	266.903
Empréstimos compulsórios	2.706
Demais contas a receber	773
	270.382
Ativo circulante	150.992
Ativo não circulante	119.389
	270.382

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/05/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agricola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agricola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenicia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecer S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoral Agricola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	281.562,12	(281.562,12)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/05/2024			30/04/2024
	Custo	De preciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	0	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.813	(55.160)	35.653	35.801
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	381.939	(279.384)	102.555	103.728
Móveis e utensílios	9.000	(7.826)	1.174	1.183
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.026	(17.509)	1.517	1.521
	1.437.519	(359.878)	1.077.641	1.078.973

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em 31/05/2024
	30/04/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	-	-	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.801	-	(147)	-	35.653
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	103.728	2	(1.174)	-	102.555
Móveis e utensílios	1.183	5	(14)	-	1.174
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.521	-	(4)	-	1.517
	1.078.973	7	(1.340)	-	1.077.641

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/05/2024			30/04/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.872)	1.329	1.343
Outras imobilizações	9.868	(8.772)	1.096	1.098
	<u>20.069</u>	<u>(17.644)</u>	<u>2.425</u>	<u>2.441</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em		Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em	
	30/04/2024	31/05/2024				30/04/2024	31/05/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.343	-	-	(14)	-	1.329	1.343
Outras imobilizações	1.098	-	-	(2)	-	1.096	1.098
	<u>2.441</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>2.425</u>	<u>2.441</u>

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Álcool:

Descrição	31/05/2024			30/04/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.716	(11.048)	8.668	8.702
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	61.264	(48.792)	12.473	12.603
Móveis e utensílios	6.236	(5.168)	1.068	1.074
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	296	(1)	295	293
	<u>427.712</u>	<u>(65.008)</u>	<u>362.704</u>	<u>362.872</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	30/04/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/05/2024
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.702	-	(34)	-	8.668
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.603	2	(133)	-	12.473
Móveis e utensílios	1.074	5	(11)	-	1.068
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	293	-	2	-	295
	<u>362.872</u>	<u>7</u>	<u>(176)</u>	<u>-</u>	<u>362.704</u>

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/05/2024			30/04/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.940)	25.380	25.480
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(230.592)	90.083	91.124
Móveis e utensílios	2.764	(2.658)	106	110
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	<u>732.941</u>	<u>(255.190)</u>	<u>477.751</u>	<u>478.896</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	30/04/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/05/2024
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.480	-	(100)	-	25.380
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	91.124	-	(1.042)	-	90.083
Móveis e utensílios	110	-	(3)	-	106
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	<u>478.896</u>	<u>-</u>	<u>(1.145)</u>	<u>-</u>	<u>477.751</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/05/2024			30/04/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	0	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	8.862	(8.736)	127	130
	<u>256.796</u>	<u>(22.036)</u>	<u>234.761</u>	<u>234.764</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	30/04/2024				31/05/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	276	-	-	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	130	-	(3)	-	127
	<u>234.764</u>	-	<u>(3)</u>	-	<u>234.761</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/05/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.513
Provisão de férias e encargos	1.180
Provisão para 13 salário e encargos	<u>607</u>
	<u>3.300</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/05/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	(8.550)
Total	119.343
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	66.657
	119.343

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,50% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/05/2024
Tributos Estaduais	748.999
Tributos Federais	1.417.188
Tributos Municipais	32.328
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	140.741
Tributos Sindicais	6.767
	2.346.024

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais*

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/05/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	284.862
Credores Classe II - Com garantias	657.614
Credores Classe III - Quirografários	1.554.653
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	14.052
Credores Extraconcursais	88.048
	2.599.228

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 50.756, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/05/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.839
Hermelindo Ruete de Oliveira	85.623
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	309.713

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
 Valores em Milhares de Reais

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Er	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Álcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuaria Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açucar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Ru	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334.603</u>		<u>1.285.923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Despesas gerais e administrativas

	31/05/2024
Despesas com pessoal	1.576
Serviços de terceiros	10.657
Taxas e tributos	3
Diversos	646
	<u>12.882</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de maio de 2024
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	31/05/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	5
	5
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(1.143)
	(1.143)
Variações cambiais liquidas	5.173
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro liquido	4.035



CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34



GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2024.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 2 (dois) meses findos em 30 de junho de 2024.

Ariranha (SP), 23 de agosto de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	30/06/2024	Circulante	Nota	30/06/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.409	Fornecedores		31.984
Contas a Receber	3	21.453	Empréstimos e Financiamentos		46.609
Estoques	4	5.256	Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	3.414
Impostos a Recuperar	5	85.633	Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	11	834.111
Adiantamentos a Fornecedores		25.614	Impostos parcelados		216.177
Ativo Biológico		-	Outras Contas a Pagar		36.173
Outros Créditos	6	123.383	Contas a Pagar PRJ	12	2.636.919
Total do ativo circulante		283.748	Passivo de Arrendamentos		46
Não Circulante			Total do passivo circulante		3.858.120
Depósitos Judiciais		27.907	Não Circulante		
Outros Créditos	6	3.050	Empréstimos e Financiamentos		-
Ativo Fiscal Diferido		15.303	Contas a pagar - Cooperativa	10	66.870
Partes Relacionadas - Ativo		-	Provisão para Contingências	13	51.143
Total do realizável a longo prazo		46.260	Passivo Fiscal Diferido		616
Investimentos	7	778.943	Partes Relacionadas - Passivo	14	292.574
Imobilizado	8		Impostos e Contribuições a Recolher		-
Custo		1.437.519	Provisão para perdas em investimentos	7	-
Depreciação Acumulada		(361.217)	Total do passivo não circulante		411.203
Direito de Uso		46	Capital Social	15	48.680
		1.855.291	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		1.901.551	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.185.299	Prejuízos Acumulados		(2.150.419)
			Total do patrimônio líquido		(2.084.024)
			Total do passivo		4.269.323
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.185.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	30/06/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(9.892)	(22.774)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		849.092	485.827
Total das despesas operacionais		839.199	463.052
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		839.199	463.052
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.339)	(2.679)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		837.860	460.373
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		0	5
Despesas Financeiras		(300)	(1.443)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(107.369)	(102.195)
Resultado financeiro líquido		(107.668)	(103.633)
IRPJ / CSLL - Diferido		367.939	367.074
Lucro (prejuízo) do período		1.098.131	723.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	30/06/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	1.098.131	723.814
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	1.098.131	723.814

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 2 (dois) meses findos em 30 de junho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	723.814	723.814
Em 30 de junho de 2024	<u>48.680</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.150.419)</u>	<u>(2.084.024)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	30/06/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	1.098.131	723.814
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.339	2.679
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalencia patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	-
Juros e variações monetarias e cambiais liquidas	-	-
	<u>1.099.471</u>	<u>726.493</u>
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	(9.729)	(18.170)
Estoques	28	352
Adiantamentos a fornecedores	849	1.474
Outros créditos	146.091	278.499
Ativos e passivos fiscais diferidos	(0)	866
Fornecedores	4.371	(10.727)
Salários e encargos sociais	114	598
Depositos Judiciais	14	12
Impostos e contribuições a recolher	(1.295.735)	(1.292.970)
Outras contas a pagar	6.697	13.985
Contas a Pagar PRJ	37.691	335.358
Partes relacionadas	(17.139)	(16.312)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(27.276)</u>	<u>19.457</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	-	(7)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.276)</u>	<u>19.450</u>
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	22.409	22.409
No início do período	49.685	2.960
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.276)</u>	<u>19.449</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 2 (dois) meses findos em 30 de junho de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas, exceto a unidade de Ariranha que iniciou a safra na 2º quinzena de Abril de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;

c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	30/06/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.527
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.678
Outros	1.429
	85.633

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	30/06/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	123.000
Empréstimos compulsórios	2.706
Demais contas a receber	727
	126.433
Ativo circulante	123.383
Ativo não circulante	3.050
	126.433

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/06/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agricola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agricola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenícia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecrer S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoril Agricola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	281.562,12	(281.562,12)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2024			31/05/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	0	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.813	(55.308)	35.506	35.653
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	381.939	(280.558)	101.381	102.555
Móveis e utensílios	9.000	(7.838)	1.162	1.174
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.026	(17.514)	1.512	1.517
	<u>1.437.519</u>	<u>(361.217)</u>	<u>1.076.302</u>	<u>1.077.641</u>

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/05/2024				30/06/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	43.650	-	(0)	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.653	-	(147)	-	35.506
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	102.555	-	(1.174)	-	101.381
Móveis e utensílios	1.174	-	(12)	-	1.162
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.517	-	(5)	-	1.512
	<u>1.077.641</u>	<u>-</u>	<u>(1.339)</u>	<u>-</u>	<u>1.076.302</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	30/06/2024			31/05/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.886)	1.315	1.329
Outras imobilizações	9.868	(8.774)	1.094	1.096
	<u>20.069</u>	<u>(17.660)</u>	<u>2.409</u>	<u>2.425</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/05/2024				30/06/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.329	-	(14)	-	1.315
Outras imobilizações	1.096	-	(2)	-	1.094
	<u>2.425</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>2.409</u>

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	30/06/2024			31/05/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.716	(11.082)	8.635	8.668
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	61.264	(48.924)	12.340	12.473
Móveis e utensílios	6.236	(5.177)	1.059	1.068
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	296	(1)	294	295
	<u>427.712</u>	<u>(65.184)</u>	<u>362.528</u>	<u>362.704</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/05/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.668	-	(34)	-	8.635
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.473	-	(133)	-	12.340
Móveis e utensílios	1.068	-	(9)	-	1.059
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	295	-	(0)	-	294
	<u>362.704</u>	<u>-</u>	<u>(176)</u>	<u>-</u>	<u>362.528</u>

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	30/06/2024			31/05/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(22.040)	25.280	25.380
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(231.634)	89.041	90.083
Móveis e utensílios	2.764	(2.661)	103	106
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	<u>732.941</u>	<u>(256.335)</u>	<u>476.607</u>	<u>477.751</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/05/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.380	-	(100)	-	25.280
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	90.083	-	(1.042)	-	89.041
Móveis e utensílios	106	-	(3)	-	103
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	<u>477.751</u>	<u>-</u>	<u>(1.145)</u>	<u>-</u>	<u>476.607</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	30/06/2024			31/05/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	0	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	8.862	(8.738)	124	127
	<u>256.796</u>	<u>(22.038)</u>	<u>234.758</u>	<u>234.761</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	31/05/2024	Adições	Depreciações	Baixas	30/06/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	33.449	-	(0)	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	276	-	0	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	127	-	(3)	-	124
	<u>234.761</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>234.758</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	30/06/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.276
Provisão de férias e encargos	1.372
Provisão para 13 salário e encargos	766
	<u>3.414</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

	30/06/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	(8.337)
Total	119.556
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	66.870
	119.556

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,50% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2024
Tributos Estaduais	748.696
Tributos Federais	14.117
Tributos Municipais	23.237
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.517
Tributos Sindicais	6.545
	834.111

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	<u>30/06/2024</u>
Credores Classe I - Trabalhistas	255.860
Credores Classe II - Com garantias	664.407
Credores Classe III - Quirografários	1.667.110
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.815
Credores Extraconcursais	<u>35.727</u>
	<u>2.636.919</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 51.143, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	<u>30/06/2024</u>
Espólio de Carmen Ruete de Oliveira	186.706
Hermelindo Ruete de Oliveira	85.650
Virgolino de Oliveira Filho	<u>20.219</u>
	<u>292.574</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334.603</u>		<u>1.285.923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

17 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2024
Despesas com pessoal	2.868
Serviços de terceiros	18.849
Taxas e tributos	15
Diversos	1.042
	<u>22.774</u>

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2024
Valores em Milhares de Reais*

18 Resultado financeiro

	30/06/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	5
	5
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(1.443)
	(1.443)
Variações cambiais líquidas	(102.195)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro líquido	(103.633)


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *